

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Pesquisa avalia julgamento no STF

A pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira mostra que 55% dos eleitores consideram justa a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro, enquanto 39% discordam. Pela primeira vez, mais da metade (52%) acredita que o ex-presidente participou da tentativa de golpe, contra 36% que rejeitam a acusação.

No Sul, descrença de envolvimento

O caso é amplamente conhecido: 86% sabem do julgamento no STF, e 84% da prisão decretada pelo ministro Alexandre de Moraes. Regionalmente, só no Sul prevalece a descrença no envolvimento: 46% acreditam que ele não participou, contra 43% que acreditam que participou. Enquanto no Nordeste 62% veem participação. Entre católicos, 59% acreditam no envolvimento; entre evangélicos, 54% pensam o contrário.

Telefones nas escolas

A pesquisa conduzida pela Universidade de Stanford em parceria com a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro confirmou o que já se intuía: a proibição do uso irrestrito de celulares em sala de aula elevou em 25,7% o desempenho em matemática e 13,5% em língua portuguesa. Os dados reforçam a tese defendida pelo deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB), autor da lei que restringe o uso dos aparelhos nas escolas.

Disciplina e tecnologia

Alceu Moreira lembra que não se trata de demonizar a tecnologia, mas de discipliná-la. O celular, quando usado sem critérios, desvia a atenção e corrói a capacidade de concentração dos alunos. Mas, quando incorporado a um projeto pedagógico inteligente, pode ser um poderoso aliado. “O avanço tecnológico veio para ficar. O desafio é colocá-lo a serviço da educação, transformando a tela em fonte de curiosidade e aprendizado.”

Descobrir o caminho

O parlamentar destaca que a escola não pode se limitar a retirar celulares das mãos dos jovens, mas sim criar laboratórios digitais que despertem o interesse e usem a tecnologia como ponte entre conteúdo e atenção. “Se o celular consegue prender o aluno por horas, é porque encontrou um caminho para a curiosidade. Cabe à educação descobrir esse mesmo caminho.”

A favor da aprendizagem

A proposta não é banir a tecnologia, mas devolvê-la à função original: ferramenta de conhecimento. Ao equilibrar disciplina e inovação, a escola ganha um aliado poderoso contra a distração e a favor da aprendizagem.



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Reforma administrativa

O presidente Hugo Motta (REP-PB) anunciou ontem que a Câmara dos Deputados vai formar uma comissão geral no dia 3 de setembro para debater a reforma administrativa. O parlamentar afirma que “o Estado brasileiro não está funcionando na velocidade da sociedade e que a cada dia a vida real cobra mais do que a máquina pública consegue entregar”.

Motta anuncia comissão da reforma administrativa

Expectativa é de que o texto seja aprovado em setembro

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (República-PB), anunciou em suas redes sociais que fará uma comissão geral, na quarta-feira da próxima semana, para discutir a reforma administrativa.

A comissão geral, modelo que foi adotado também para discutir o projeto de proteção de crianças e adolescentes no ambiente online, é uma sessão especial realizada no plenário para ouvir especialistas e parlamentares sobre um assunto específico.

Na publicação, o deputado Hugo Motta afirma que o tema da reforma administrativa “não pode mais ser adiado, pois diz respeito à espinha dorsal da República: a capacidade do Estado de servir de forma eficiente e justa”. A expectativa é de que o texto seja aprovado em setembro.

Como antecipou a Folha de S.Paulo na semana passada, a proposta de reforma administrativa terá cerca de 70 medidas e atingirá inclusive os atuais servidores públicos, de acordo com o deputado federal Pedro Pau-

lo (PSD-RJ), relator do grupo de trabalho da Câmara que trata do assunto.

Entre elas, estão o fim das férias de 60 dias para algumas categorias e o estabelecimento de salário inicial de, no máximo, 50% do salário final da carreira.

A aplicação das novas regras sobre os atuais servidores quebraria um tabu da reforma anterior, tentada no governo Jair Bolsonaro (PL), que tinha alterações apenas para quem entrasse no serviço público após sua aprovação, o que nunca chegou a ocorrer.

Dino manda PF investigar R\$ 694 milhões em emendas

/ STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) abra inquéritos para investigar os repasses de R\$ 694,7 milhões em emendas Pix sem plano de trabalho.

São, no total, 964 planos de trabalho de emendas entre 2020 e 2024.

Flávio Dino também oficiou o ministro-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) para que, em 10 dias úteis, seja feita a identificação dessas 964 emendas. O objetivo é enviar essas informações às Superintendências da Polícia Federal para instauração das investigações.

Na decisão deste domingo, Dino ainda determina que instituições financeiras criem mecanismos para impedir que o dinheiro das emendas seja sa-



GUSTAVO MORENO/STF/JC

Flávio Dino oficiou também o Tribunal de Contas da União

cado na boca do caixa. O ministro também pede que sejam abertas contas específicas para receber emendas de bancada e de comissão.

Os presidentes do Banco do Brasil, da Caixa e do Banco do Nordeste foram oficiados para

fazer essa adaptação e informar sobre a operação em até 30 dias úteis.

Atestado o funcionamento dos sistemas tecnológicos dos bancos, será fixado novo prazo para regularizar as situações das emendas.

A “emenda Pix” é um dispositivo que permite alocar recursos do Orçamento da União de forma mais célere para Estados e municípios. Esse tipo de repasse carece de meios de transparência e de fiscalização.

Em 2022, foi por meio de “emendas Pix” que cidades sem estrutura de energia elétrica, saneamento básico, asfalto e saúde primária puderam receber milhões do Orçamento da União para a contratação de shows de cantores.

As apresentações estavam programadas para a véspera da campanha eleitoral.

Colegiado cobra acesso a arquivos da ditadura

/ REGIME MILITAR

Prestes a completar um ano de sua reinstalação, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) fez um movimento simbólico em um pleito histórico para esclarecer violações de direitos humanos na ditadura. No último dia 14 de agosto, o colegiado se reuniu, no Ministério da Defesa, com o titular da pasta, José Múcio Monteiro, para cobrar acesso a arquivos secretos das Forças Armadas do período.

“Foi uma aproximação importante. Gostei da reunião e acho que foi uma coisa diferente. Quebrou esse tabu de não falar, de não conversar, de não trabalhar junto”, disse a presidente da CEMDP, a procuradora da República Eugênia Gonzaga.

No encontro, Múcio reiterou a posição dos militares nas últimas décadas: até onde tem conhecimento, disse, os arquivos das Forças Armadas ou já foram liberados ou foram destruídos.

Mas assumiu o compromisso

de levar a solicitação aos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para que voltem a verificar se existem documentos ainda restritos.

“Ele deu a palavra de que, se houver uma confirmação de que há arquivos que não foram liberados, ele criaria um diálogo para que isso (o acesso) seja efetivado”, afirmou o advogado da União Rafaelo Abritta, chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Defesa e representante da pasta na CEMDP.